

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.110.152 - SP (2017/0126106-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : DAP1 PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL DE ASSIS HORN - SC012003
DOUGLAS ANDERSON DAL MONTE - SC015765
LUCAS INÁCIO DA SILVA - SC033592
AGRAVADO : APARECIDO EUCLIDES DOS SANTOS
AGRAVADO : MARIA JOSE DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADOS : RENATO MENDONÇA FALCÃO - SP141354
CARLOS ALBERTO LOURENÇO ADRIÃO E OUTRO(S) -
SP075849
JÉSSICA BERNARDO MONTEIRO - SP206447
INTERES. : JOSE MARIA DA SILVA

DECISÃO

Dap1 Participações Ltda. interpõe agravo interno contra a decisão de fls. 586/587, proferida pela Presidência desta Corte, assim disposta:

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição da República.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional, ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte Agravante deixou de impugnar especificamente: não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional.

E, como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, nos termos

do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não. Precedentes.

[...]

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento." (EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 08/06/2016.)

Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 880.709/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 17/06/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 13/05/2016; AgRg no AREsp 825.588/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 12/04/2016; AgRg no AREsp 809.829/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 29/06/2016; e, AgRg no AREsp 905.869/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 14/06/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% do valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, ressalvada a eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Sustenta a agravante, em síntese, que o recurso impugnou todos os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial.

Intimada para se manifestar acerca da interposição do recurso, a parte contrária não apresentou impugnação.

Diante dos fundamentos expostos nas razões do agravo interno,

reconsidero a decisão ora agravada e passo à análise do recurso.

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação do art. 460 do Código de Processo Civil de 1973. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 476):

Acidente de trânsito. Prova pericial. Descabimento. Alegação de nulidade da sentença. Julgamento 'ultra petita' não evidenciado. Vítima fatal. Condutor do veículo envolvido no acidente responsabilizado no Juízo Criminal. Responsabilidade da empregadora evidenciada. Pensão mensal e indenização por danos morais. Reconhecimento. Critérios e valores fixados no MM. Juízo de primeiro grau de acordo com a prova dos autos e dentro da razoabilidade. Sentença fundamentada. Confirmação. Agravo retido e apelações improvidos.

Sustenta a agravante, em síntese, a violação do art. 460 do CPC/1973 ao fundamento de que houve julgamento **ultra petita**, uma vez que a condenação superou ao delimitado e requerido pelos autores, ora agravados, na petição inicial.

Afirma que, no tocante ao pedido de indenização por danos morais, os agravados requereram a condenação da agravante ao pagamento de 500 (quinhentos) salários mínimos "que correspondiam a R\$ 207.000,00 à época (...)" (fl. 529), de modo que a sentença não poderia, dessa forma, condenar a agravante ao pagamento do valor exorbitante de R\$ 311.000,00 (trezentos e onze mil reais).

Argumenta, ademais, que houve pedido expresso e delimitado também acerca do pagamento de pensão mensal, "nas quantias apresentadas (R\$ 276,66 e R\$ 183,33), sendo que a referência ao salário mínimo é meramente exemplificativa" (fl. 530).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaco que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Quanto ao alegado julgamento **ultra petita**, assim discorreu a Corte de origem (fl. 501):

(...)

Ademais, no tocante à alegação de sentença "ultra petita", tem-se que o julgado, expressamente, enfrentou a questão ao consignar que "a quantia apontada na petição inicial, no que concerne ao pedido de indenização por danos morais, importa mera estimativa, não vinculando o magistrado" (fls. 414), relevando-se o inconformismo, nesta parte, infringente e dissociado das hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil.

(...)

Analisando os autos, verifico que os pedidos constantes da ação de indenização por danos materiais cumulados com danos morais ajuizada pelos agravados, foram assim formulados (fls. 13/14):

(...)

Assim sendo, é a presente para requerer a V. Exa. a citação dos réus, via correio (artigo 222 do CPC.), para comparecerem à audiência a ser designada por Vossa Excelência (...), sendo que de qualquer forma a ação deverá ser julgada PROCEDENTE para condenar os réus nos seguintes pedidos:

a - Condenação no pagamento de pensão mensal correspondente a 2/3 (dois terços) do salário mínimo, ou seja, R\$ 276,66 (duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos), atualizadas as prestações em atraso durante dez anos, ou seja, da data do fato até a data em que o filho dos autores completaria 25 anos de idade, e a partir daí o correspondente a 1/3 (um terço) do salário mínimo, ou seja 138,33 (cento e trinta e oito reais e trinta e três centavos) durante 45 (quarenta e cinco) anos dada a sobrevida prevista em 70 anos, incluindo-se, anualmente mais uma prestação à título de 13º salário e em outro mês mais 1/3 correspondente ao que receberia em suas férias, devidos nos valores que tiverem na data do pagamento. O início do pensionamento deverá ser a data do óbito atualizadas as prestações em atraso e o término os prováveis 70 anos da vítima. As pensões vencidas até o trânsito em julgado deverão ser pagas de uma só vez e as vincendas deverão ser garantidas por capital especificamente constituído para esse fim, podendo os autores serem incluídos na folha de pagamento da empresa ré;

(...)

c - Condenação por Danos Morais em 500 (quinhentos) salários mínimos por danos morais, considerando-se o valor que tiverem na data do efetivo pagamento;

(...)

A sentença, por sua vez, julgou parcialmente procedente os pedidos, nos seguintes termos (fls. 383 e 385):

(...)

Embora os autores já tenham sido injustamente punidos com o maior dos castigos que um ser humano pode sofrer, que é o de ter de fechar os olhos de um filho, penso que o valor dos danos morais deve ser fixado em 500 (quinhentos) salários mínimos ora vigentes (STJ, REsp nº 163.484-RJ, Rei. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 20.08.98), nos termos do que, nesta parte, foi pleiteado na petição inicial (fls. 13, alínea c).

Além dessa quantia, os autores receberão do réu pensão mensal no valor equivalente a dois terços do salário mínimo vigente à época de seu efetivo pagamento, a título de dano material, relativa à contribuição que poderia prestar aos pais durante a sua provável sobrevida, até a data em que completasse 25 anos, sendo que, depois disso e até a data em que completasse 65 anos de idade, tal verba será reduzida para um terço do salário mínimo vigente.

(...)

Ante o exposto e à vista do mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para CONDENAR SOLIDARIAMENTE OS RÉUS a pagarem aos autores, a título de danos morais, o valor de R\$ 311.000,00 (trezentos e onze mil reais), quantia a ser corrigida a partir desta data (súmula nº 362, STJ) além de pagarem, a título de danos materiais, mensalmente, a partir do dia do falecimento de Clayton (fls. 23), o equivalente a dois terços do salário mínimo vigente à época do efetivo adimplemento, ao dia 10 (dez) de cada mês, até a data em que o de cujus completaria vinte e cinco anos de idade, a partir de quando e até a data em que completaria sessenta e cinco anos de idade, tal pensão será reduzida para um terço do salário mínimo então em vigor.

(...)

Registro que não há que se falar em julgamento **ultra petita** quanto à indenização por danos morais, uma vez que a petição inicial expressamente postulou a

condenação em 500 (quinhentos) salários mínimos, considerando-se o valor referente à data do efetivo pagamento, tendo a sentença acolhido o pedido dentro dos moldes do que foi postulado pelos autores, conforme visto acima.

Além disso, observo que foram observados os princípios da correlação e da congruência entre o pedido e a decisão no tocante ao pagamento de pensão mensal. Com efeito, verifico que o Juízo de origem utilizou como referência os parâmetros constantes da inicial, bem como o salário mínimo vigente à época da prolação da sentença.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora